

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DA FUNAI

Por que os servidores da Funai estão mobilizados há um ano?

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas tem a missão de promover e proteger os direitos dos



mais de 305 povos que vivem no Brasil. Estão dentre suas tantas atribuições, o monitoramento e a proteção de quase 13% do território nacional; a demarcação das terras indígenas, a mediação e a interlocução entre indígenas e a sociedade não indígena e a promoção do desenvolvimento produtivo étnico e tradicional; o que não seria possível sem a competência técnica da equipe que trabalha na instituição.

Após as tragédias que escancaram a dura realidade do trabalho indigenista - as mortes de Bruno, Dom e Maxciel - o Brasil e o mundo puderam

ver que a instituição sobrevive às custas da atuação de pouquíssimas pessoas que colocam suas vidas em risco todos os dias, trabalhando sem estrutura e segurança adequadas e com uma das piores remunerações do serviço público federal.

As péssimas condições de trabalho se somam aos riscos de enfrentar os ataques sofridos pelos povos assistidos pela FUNAI, uma vez que as comunidades indígenas são alvos de preconceitos, insegurança alimentar e violência contra seus territórios e modos de vida - podendo, inclusive, chegar a condições extremas, como o genocídio do Povo Yanomami.

A natureza do trabalho da Funai envolve proteção territorial para interrupção de invasões, com participação em operações contra grupos de desmatadores, garimpeiros, traficantes e pescadores ilegais; atuação diante de ataques violentos e letais às comunidades indígenas; recuperação de cartões de benefícios sociais retidos; negociações para desobstrução e desocupação de rodovias, ferrovias e canteiros de obra; ações em contextos de fronteira; mediação de reintegrações de posse; participação e coordenação de grupos de trabalho de identificação e delimitação de terras indígenas, desintrusão de territórios tradicionais ocupados por não indígenas e manifestação no licenciamento ambiental quando este afeta indígenas. (Conforme Ofício CUT/CONDSEF/FENADSEF/SINDSEP-DF, de 28 de junho de 2022).



Na foto, operação em 2019 desmantelou garimpo e destruiu 60 balsas no Vale do Javari. Esta foi a última operação realizada na região pelo indigenista Bruno Pereira.

Servidores da FUNAI trabalham em articulação contínua com instituições públicas e privadas e supervisionam se indígenas são respeitados nas suas tradições e crenças enquanto recebem ofertas de saúde, educação, infraestrutura e assistência social; o que demonstra que a FUNAI atua, na prática, como uma agência tanto reguladora quanto executiva da política pública indigenista.

No entanto, a instituição que deveria ser considerada um patrimônio de valor incalculável para o fortalecimento do Estado brasileiro junto aos povos indígenas, enfrenta a invisibilidade, o sucateamento e a insegurança.



A fragilidade da FUNAI reflete o descaso do país com os Povos Originários e com os servidores do órgão, comprovado pela realização de apenas 03 concursos públicos em quase 60 anos e pela ausência de estruturação da carreira indigenista. Esse descaso gerou o esgotamento do corpo técnico da FUNAI e a evasão de quase 30% de indigenistas nos últimos 13 anos.

Um concurso público prevendo 502 vagas para a FUNAI foi autorizado e pode ocorrer ainda em 2023. Essa medida é muito importante para iniciar a recomposição de pessoal do órgão, porém, sem aprovação do Plano de Carreira Indigenista, esse recurso não será suficiente para manter novos servidores.

Quem ingressa na FUNAI não encontra condições de trabalho compatíveis com as complexas atividades dos cargos e nem direitos já garantidos a algumas categorias do serviço público; a exemplo de poder de polícia administrativa; prazos regulares para rotatividade de postos de lotação, concessão de banco de horas, além de adicionais noturno, de fronteira, de insalubridade e de periculosidade.

As entidades representativas dos servidores da Funai conseguiram o agendamento de uma reunião para o próximo dia 24 de maio no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Lá, a proposta de Plano de Carreira Indigenista está em análise há três meses. Servidores do órgão reivindicam que a reunião com o MGI tenha como resultado um cronograma que garanta o envio da proposta do Plano de Carreira ao Congresso Nacional em tempo suficiente para que os efeitos dela estejam em vigor a partir de Janeiro de 2024.

A urgência da categoria pelo andamento do processo ocorre porque o projeto de Medida Provisória ainda precisa tramitar no próprio MGI, no Ministério do Orçamento e Planejamento (MPO), no Ministério da Fazenda (MF) e na Casa Civil para, finalmente, ir à votação no Congresso Nacional, de modo a estar concluído até a data limite de entrada na Lei Orçamentária Anual - LOA, em agosto de 2023.



“Nós não queremos que os trabalhadores da FUNAI sejam tratados como trabalhadores de segunda categoria. Por isso a gente vai cuidar do plano de carreira de vocês com muito carinho”. Lula da Silva, 28 de abril de 2023

A expectativa da categoria é que a promessa de criar o Plano de Carreira Indigenista, feita pelo Presidente Lula no último Acampamento Terra Livre, seja concretizada pela Ministra do MGI, Esther Dweck. A conquista seria inédita e representaria outro marco para o legado de Lula em relação à política indigenista no país, como ocorreu com a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Do contrário, servidores alertam que a FUNAI seguirá caminhando para o colapso. Quase toda a categoria apoiou o Presidente Lula enquanto resistia ao período mais terrível para o indigenismo no país, permanecendo em mobilização desde o assassinato brutal de Bruno Pereira e Dom Philips. Em junho de 2022, uma servidora da Funai entregou ao então candidato Lula, o dossiê intitulado “Fundação Anti-indígena: um retrato da FUNAI sob o governo Bolsonaro”, produzido por INA e INESC.

